

Protecção social e inclusão social na Europa – factos e números importantes

A Comissão Europeia publicou hoje a sua análise anual das tendências sociais nos Estados-Membros em relação aos objectivos comuns da estratégia da UE para a protecção social e a inclusão social¹. A seguir são apresentados os pontos principais deste relatório².

- Em 2006, 16% dos europeus estava em risco de pobreza.
- Apesar do progresso geral nos mercados de trabalho, 9,3% dos adultos em idade de trabalho vive em agregados familiares desempregados e 8% das pessoas empregadas vive abaixo do limiar de pobreza.
- As transferências sociais reduzem, em média, o risco da pobreza em 38% na Europa, mas este impacto varia de menos de 10% a quase 60% na UE.
- A taxa de emprego dos trabalhadores mais velhos atingiu os 45% em 2007 em relação aos 37% de 2001.
- Os actuais sistemas de pensões reduziram, em geral, a pobreza entre os idosos, mas as idosas isoladas estão mais vulneráveis ao risco de pobreza do que os idosos isolados (28% em comparação com 20%).
- No futuro, uma parcela maior do rendimento dos pensionistas terá provavelmente origem nas pensões privadas.
- A esperança de vida é actualmente de 82 anos para as mulheres e de 76 anos para os homens. Isto acompanha um ganho em longevidade de 4 anos para as mulheres e de 5 anos para os homens ao longo dos últimos 20 anos.
- A diferença na esperança de vida entre os países europeus é de 8 anos para as mulheres e de 13 anos para os homens.
- As despesas totais com a saúde aumentaram em toda a UE nos últimos 20 anos. Actualmente, correspondem a 10% do PIB ou mais, em alguns países, e a 6% ou menos, noutros.

Inclusão social

Quantos europeus vivem em situação de pobreza?

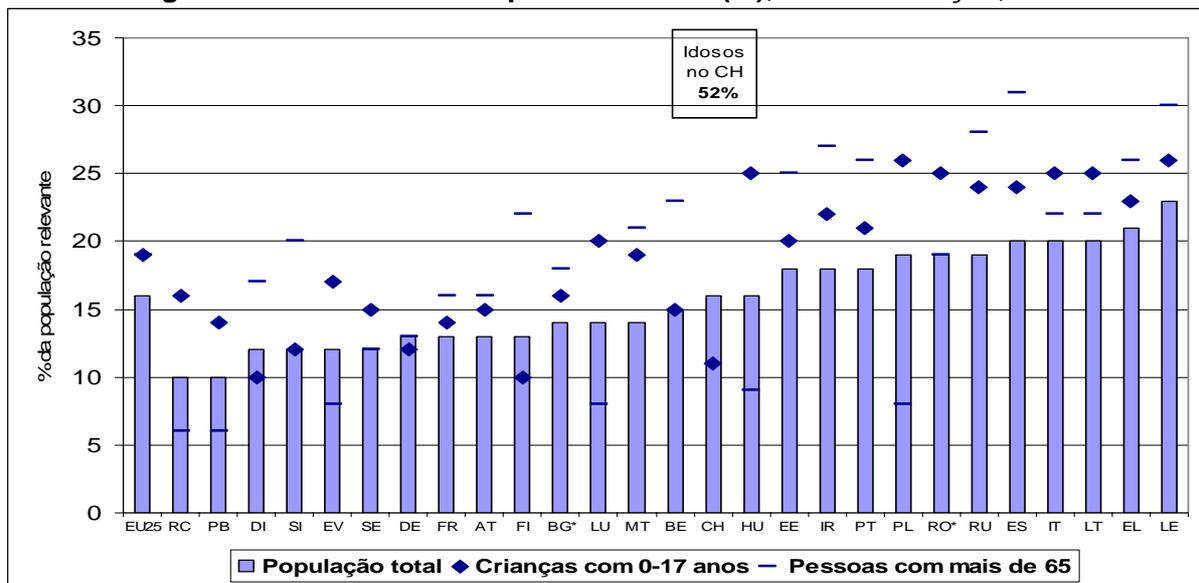
¹ http://ec.europa.eu/employment_social/spsi/the_process_en.htm

² Monitorização dos progressos alcançados na realização dos objectivos da Estratégia Europeia para a Protecção Social e a Inclusão Social, documento de trabalho dos serviços da Comissão SEC(2008) XXXX. Consultar http://ec.europa.eu/employment_social/spsi/docs/social_inclusion/2008/omc_monitoring_en.pdf

Em 2006, 16% dos cidadãos da UE-27 viviam abaixo do limiar de pobreza, definido como 60% do rendimento médio do seu país, uma situação que provavelmente dificulta a sua capacidade para participar plenamente na sociedade. Esta taxa variava entre 10% na República Checa e nos Países Baixos, e 21-23% na Grécia e Letónia.

As crianças estão muitas vezes em maior risco de pobreza do que o resto da população (19% na UE-27). Isto verifica-se na maioria dos países, excepto nos países nórdicos, Grécia, Chipre e Eslovénia. Os principais factores que afectam os níveis de pobreza infantil na UE são a situação do mercado de trabalho dos pais e a eficácia da intervenção governamental através do rendimento mínimo garantido e do fornecimento de serviços facilitadores, como assistência à infância. Isto é particularmente evidente no caso das famílias monoparentais, que enfrentam um risco de pobreza de 32%.

Figura 1: Taxa de risco de pobreza na UE (%), total e crianças, 2006



Fonte: EU-SILC (2006); ano de rendimentos 2005; excepto no RU (ano de rendimentos 2006) e para a IR (período de referência móvel de rendimentos 2005-06); BG: Inquérito Nacional aos Orçamentos Familiares 2006.

O nível de vida das pessoas “pobres” varia muito na UE. Nos países bálticos, Hungria, Polónia e Eslováquia, as pessoas em risco de pobreza vivem com menos de €200 por mês, enquanto que na Dinamarca, Irlanda, Luxemburgo, Finlândia e no RU, o limiar de pobreza situa-se nos €900 por mês. Quando se consideram as diferenças no custo de vida (valores expressos em padrões de poder de compra), o rendimento mensal das pessoas em risco de pobreza varia de €230-PPC a €890 PPC (e até €1400-PPC no LU). Isto sugere que o nível de vida dos pobres é 3,5 vezes maior nos países mais ricos da UE do que nos países mais pobres.

As melhorias nos mercados de trabalho contribuíram para a inclusão social?

Em média, na UE, as melhorias gerais nos mercados de trabalho observadas desde 2000, tiveram um impacto limitado nas pessoas que estão mais excluídas. O número de pessoas que vivem em agregados familiares desempregados continua a ser elevado, apesar das recentes melhorias. A pobreza em situação de trabalho é uma questão cada vez mais preocupante na maioria dos Estados-Membros, tal como é a integração no mercado de trabalho dos migrantes.

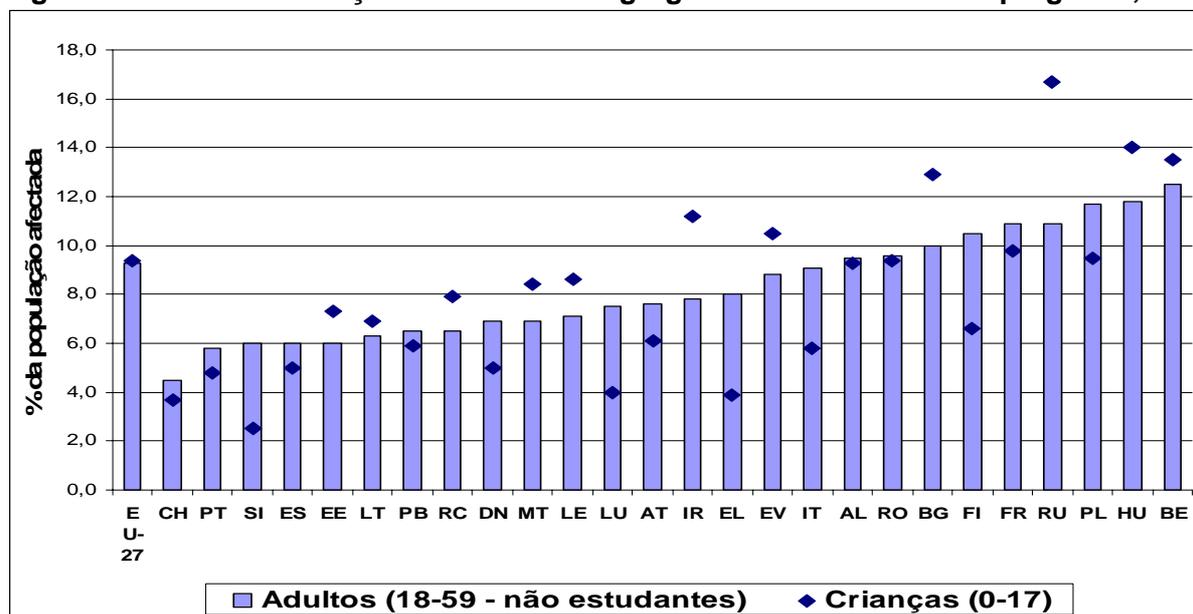
Quantos europeus vivem em agregados familiares desempregados?

Em 2007, quase 9,3% dos adultos em idade de trabalho da UE27 (idades entre os 18-59 anos, e não estudantes) viviam em agregados familiares onde nenhum elemento tinha um emprego remunerado. Esta taxa variava entre 4,5% no Chipre e 11% ou mais na Bélgica, França, Hungria, Polónia e Reino Unido. Em média, uma proporção similar de crianças viviam em agregados familiares desempregados, 9,4% na UE-27 em 2007. Contudo, as

famílias com crianças são mais afectadas pelo desemprego em alguns países do que noutros. A parcela de crianças que vive em agregados familiares desempregados varia muito entre os Estados-Membros, situando-se nos 2,5% na Eslovénia e nos 16,7% no Reino Unido. Viver num agregado familiar onde ninguém trabalha afecta tanto as actuais condições de vida das crianças, como as condições em que se desenvolvem devido à ausência de um modelo de conduta adequado.

Em média, na UE, as melhorias gerais no mercado de trabalho só começaram a beneficiar as pessoas que vivem em agregados familiares desempregados durante os últimos 2 anos (-0,9 pontos percentuais entre 2005 e 2007). É muito cedo para afirmar se a redução vai ser durável e significativa. Estas melhorias não atingiram da mesma forma as famílias com crianças, uma vez que a redução da parcela de crianças em agregados familiares desempregados foi de somente 0,3 pontos percentuais entre 2005 e 2007.

Figura 2: Adultos e crianças a viverem em agregados familiares desempregados, 2007

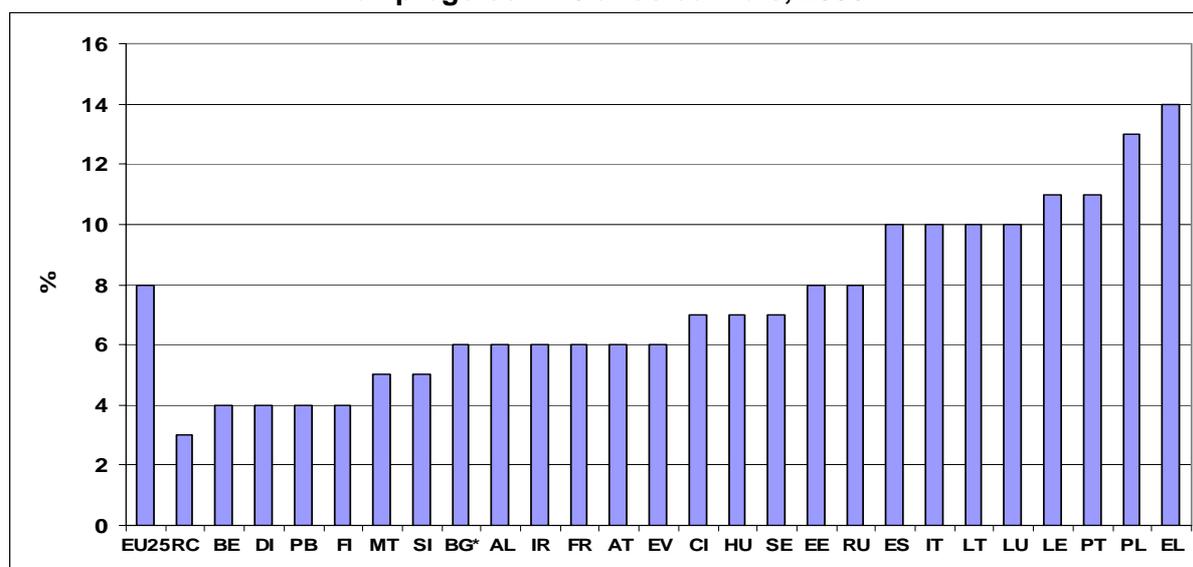


Fonte: Inquérito Eurostat às Forças de Trabalho, resultados da Primavera, faltam dados para a SE

Como é a pobreza entre aqueles que trabalham?

Ter um emprego nem sempre protege as pessoas de estarem em risco de pobreza. Em 2006, 8% dos cidadãos da UE-25 com emprego (com 18 anos ou mais), viviam abaixo do limiar de pobreza, enfrentando assim dificuldades em participar plenamente na sociedade. Esta taxa variava entre 4% ou menos na República Checa, Bélgica, Dinamarca, Países Baixos e Finlândia, 13% na Polónia e 14% na Grécia. A pobreza em situação de trabalho está associada a salários baixos, poucas qualificações, emprego precário, e muitas vezes, ao trabalho a tempo parcial involuntário. Está também relacionada com o tipo de agregado familiar no qual os trabalhadores vivem e com o estatuto económico dos outros elementos do agregado. Naqueles onde existem crianças, por exemplo, o modelo de família com um único assalariado já não é suficiente para evitar o risco de pobreza.

Figura 3: Pobreza em situação de trabalho: taxa de risco de pobreza das pessoas com emprego com 18 anos ou mais, 2006



Fonte: EU-SILC (2006); ano de rendimentos 2005; excepto no RU (ano de rendimentos 2006) e para a IR (período de referência móvel de rendimentos 2005-06); BG: Inquérito Nacional aos Orçamentos Familiares 2006; faltam dados para a RO

Qual é a situação dos migrantes nos mercados de trabalho?

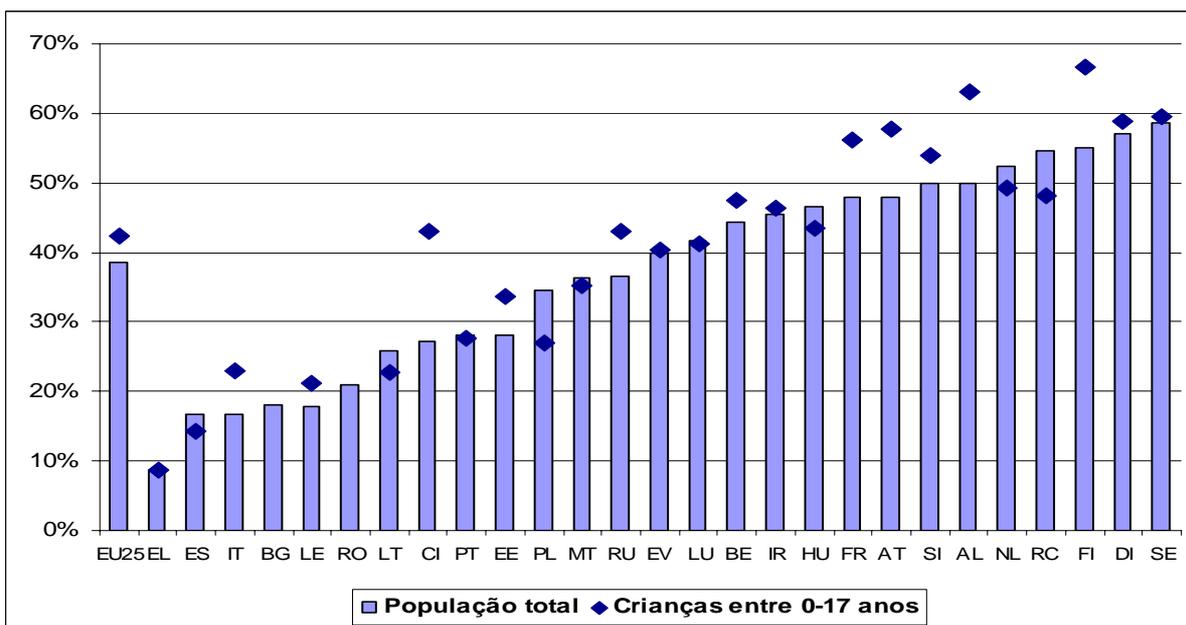
Em 2007, a taxa de emprego dos migrantes nascidos fora da UE era de 2,6 pontos percentuais abaixo da taxa de emprego da população de acolhimento, uma diferença similar à registada em 2006 (2,7 pontos percentuais). Isto esconde grandes diferenças na UE. Na Espanha, Grécia, Itália ou Portugal, onde a migração é um fenómeno recente, os migrantes possuem taxas de emprego mais elevadas em relação à população nacional. Pelo contrário, na Bélgica, Dinamarca, Alemanha, França, Áustria, Suécia e no Reino Unido, os migrantes possuem taxas de emprego muito inferiores à da população de acolhimento, com períodos de desemprego que oscilam entre os 6% no Reino Unido e os 16% na Dinamarca.

Em que medida as transferências sociais reduzem o risco de pobreza?

Em média, na UE, as transferências sociais, excepto as pensões (como os subsídios de desemprego, os abonos de família e os subsídios de renda de casa) reduzem o risco de pobreza em 38%. Na ausência de todas as transferências sociais, o risco médio de pobreza nos Estados-Membros da UE seria de 26% (em comparação com os 16% após receber apoio estatal). As transferências sociais são mais eficazes na República Checa, Alemanha, Países Baixos, Eslovénia e nos países nórdicos, onde diminuem a pobreza em 50% ou mais. Em contrapartida, na Bulgária, Grécia, Espanha, Itália e Letónia, as transferências sociais reduzem o risco de pobreza em somente 18%, ou menos.

O impacto das transferências sociais na redução do risco de pobreza é maior nas **crianças**, com a média da UE a atingir os 42% em 2006. Isto acontece na maioria dos países da UE, excepto em BE, RC, MT, PB, PL, PT e EV, onde é ligeiramente inferior. Nos países nórdicos, AL, FR e AT, as transferências sociais (excluindo as pensões) reduzem o risco de pobreza das crianças em mais de 55%, enquanto que na EL e ES a redução é inferior a 20% (também para a população em geral).

Figura 4: Impacto das transferências sociais (excluindo pensões) na taxa de risco de pobreza na totalidade da população e nas crianças, 2006 — %



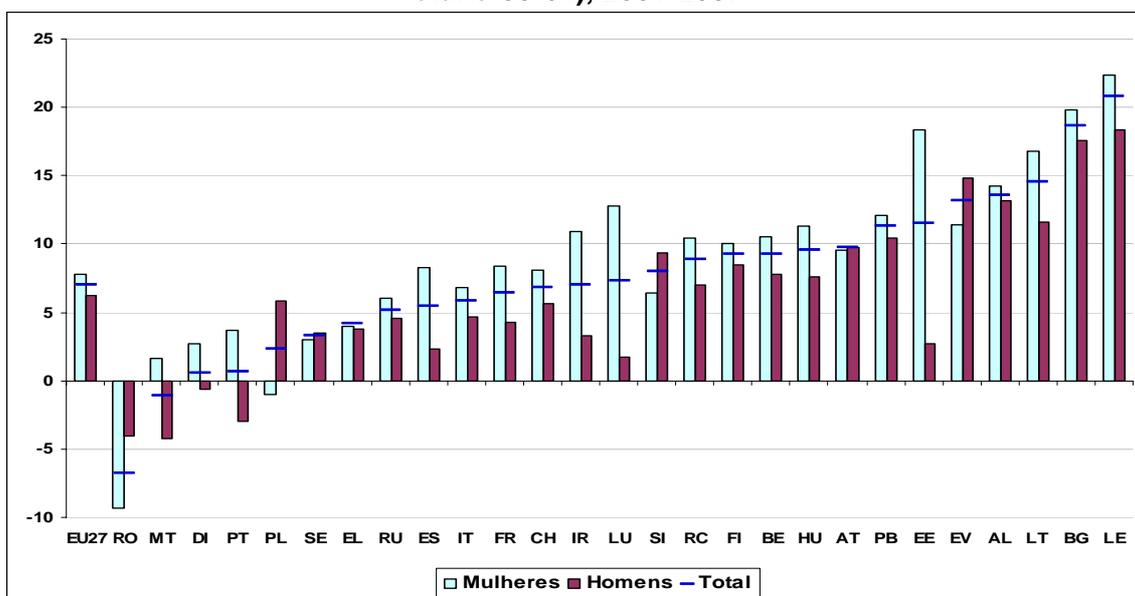
Fonte: EU-SILC (2006); ano de rendimentos 2005; excepto no RU (ano de rendimentos 2006) e para a IR (período de referência móvel de rendimentos 2005-06); BG: Inquérito Nacional aos Orçamentos Familiares 2006; faltam dados para a RO

Pensões

Por que é que o emprego é importante para as pensões?

Uma das formas de assegurar tanto a sustentabilidade do sistema de pensões como um nível adequado de rendimentos para os pensionistas, é prolongar o tempo de trabalho. O objectivo de Lisboa é atingir uma taxa de emprego de 50% dos trabalhadores mais velhos até 2010. Em 2007, a taxa de emprego dos trabalhadores mais velhos na UE 25 era de 45% em comparação com os 37% de 2001, e 11 países ultrapassam actualmente o objectivo dos 50% (Dinamarca, Alemanha, Estónia, Irlanda, Chipre, Letónia, Lituânia, Portugal, Finlândia, Suécia e RU). Contudo, o objectivo está ainda longe de ser cumprido para o grupo de países onde a taxa de emprego dos trabalhadores mais velhos é ainda de cerca de 30%. O aumento geral nas taxas de emprego resulta de dois factores principais: um efeito demográfico e uma maior participação das mulheres. Devido ao envelhecimento da geração do *baby-boom*, a parcela relativa das pessoas com idades entre os 55-59, que possuem uma taxa de emprego superior, aumentou. Para além disto, a maioria dos Estados-Membros verificou um maior aumento da taxa de emprego nas mulheres do que nos homens entre 2001 e 2007.

Figura 5: Alteração na taxa de emprego para os trabalhadores mais velhos (faixa etária 55-64), 2001-2007

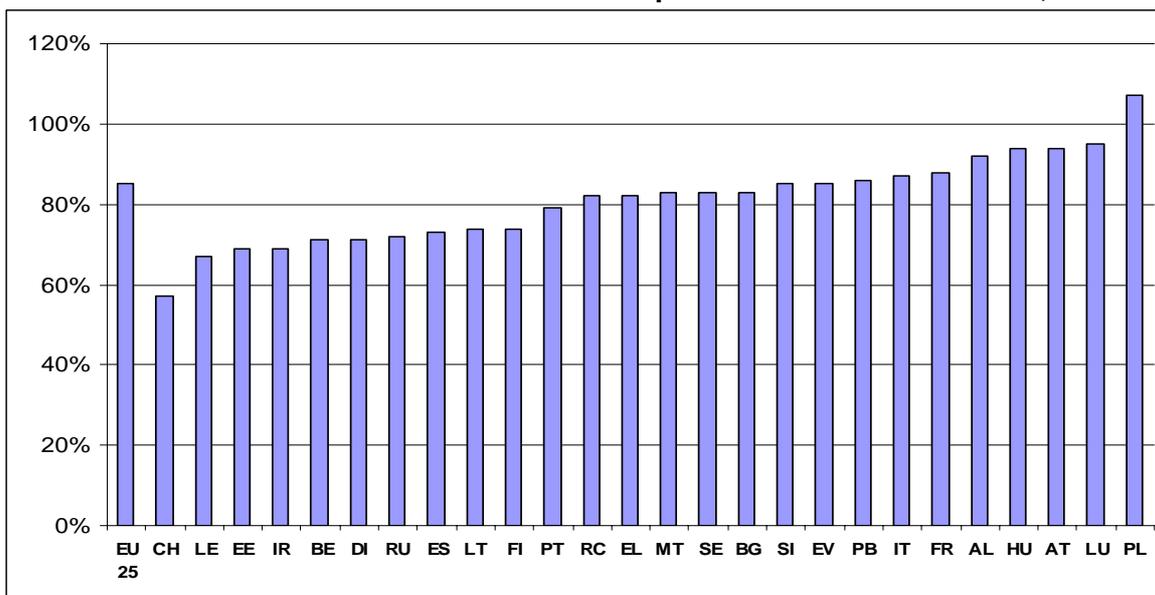


Fonte: Inquérito Eurostat às Forças de Trabalho, médias anuais

Como é que o rendimento dos idosos se compara em relação ao resto da população?

Os actuais sistemas de pensões têm em geral conseguido a eliminação generalizada da pobreza das pessoas idosas, e aqueles com mais de 65 anos possuem um rendimento que é de cerca de 85% do rendimento das pessoas jovens, variando de 57% no Chipre e de mais de 100% na Polónia. Contudo, as mulheres idosas isoladas ainda enfrentam um risco maior de pobreza do que os homens isolados (28% em comparação com 20%).

Figura 6: Rendimento relativo dos idosos: rendimento médio das pessoas com mais de 65 anos como rácio do rendimento das pessoas entre os 0-64 anos, 2006

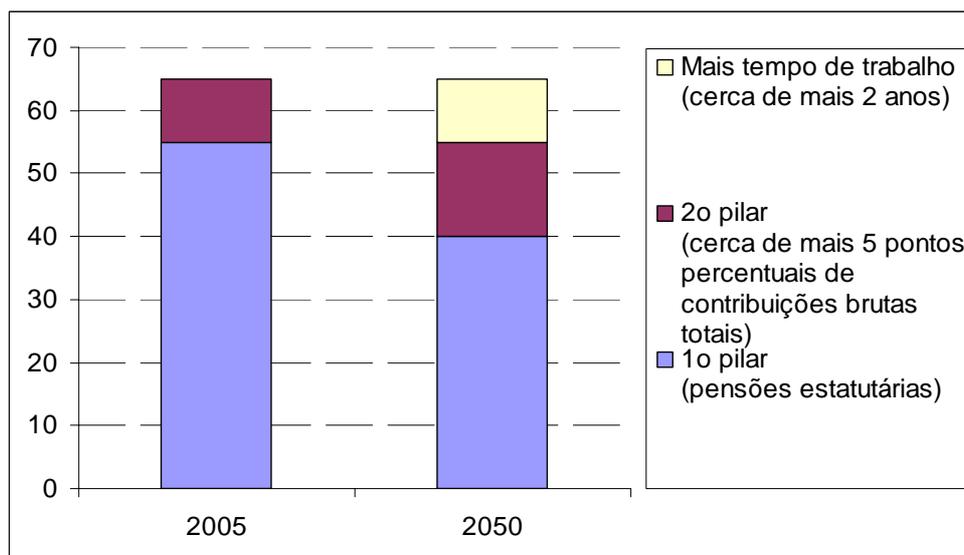


Fonte: EU-SILC (2006); ano de rendimentos 2005; excepto no RU (ano de rendimentos 2006) e para a IR (período de referência móvel de rendimentos 2005-06); BG: Inquérito Nacional aos Orçamentos Familiares 2006; faltam dados para a RO. MT e PT: dados provisórios. Data de extracção: 16 de Maio de 2008.

Como é que as taxas de substituição das pensões se irão desenvolver?

As recentes reformas em muitos Estados-Membros tenderam a traduzir-se numa diminuição das taxas de substituição (a pensão média comparada com o salário médio de um trabalhador médio) numa determinada idade de reforma. O gráfico simplificado mais abaixo ilustra como o rendimento da reforma, como percentagem do rendimento de trabalho, é composto actualmente e como pode evoluir em 2050: menos rendimento tem origem em provisões públicas para a reforma, mas isto é compensado pela provisão privada e por um período de trabalho mais longo.

Figura 7: Evolução planeada das taxas de substituição das pensões, 2005 e 2050



Fonte: Ilustração simplificada dos resultados do Subgrupo Indicadores do Comité de Protecção Social sobre as taxas de substituição brutas

Saúde e cuidados a longo prazo

Como é que a esperança de vida varia na Europa?

A esperança de vida na UE tem de uma forma geral aumentado ao longo das últimas duas décadas. Em 2006, a média da UE-27 era de 82 anos para as mulheres e de 76 anos para os homens - um ganho em longevidade de cerca de 4 e 5 anos em 20 anos. Contudo, a esperança de vida diminuiu nos países bálticos, Bulgária e Roménia durante a transição económica no início da década de 90. A esperança de vida nestes países já recuperou mas mantém-se ainda abaixo do nível de 1986 na Letónia e na Lituânia (só para os homens).

As diferenças entre os países europeus, em termos de esperança de vida, é de 8 anos para as mulheres e de 13 anos para os homens. As mulheres na Bulgária, Letónia e Roménia podem esperar viver até aos 76 anos, em comparação com os 84 anos na Espanha, França e Itália. Os homens na Letónia e Lituânia podem esperar viver até aos 65 anos, em comparação com os 79 anos no Chipre e na Suécia. Alguns países não estão a conseguir acompanhar a média da UE: na Bulgária, Lituânia, Roménia e Eslováquia, a diferença entre a esperança de vida nacional e a média da UE aumentou nos últimos 20 anos.

Figura 8a: Esperança de vida à nascença, homens, 1986, 1996, 2006

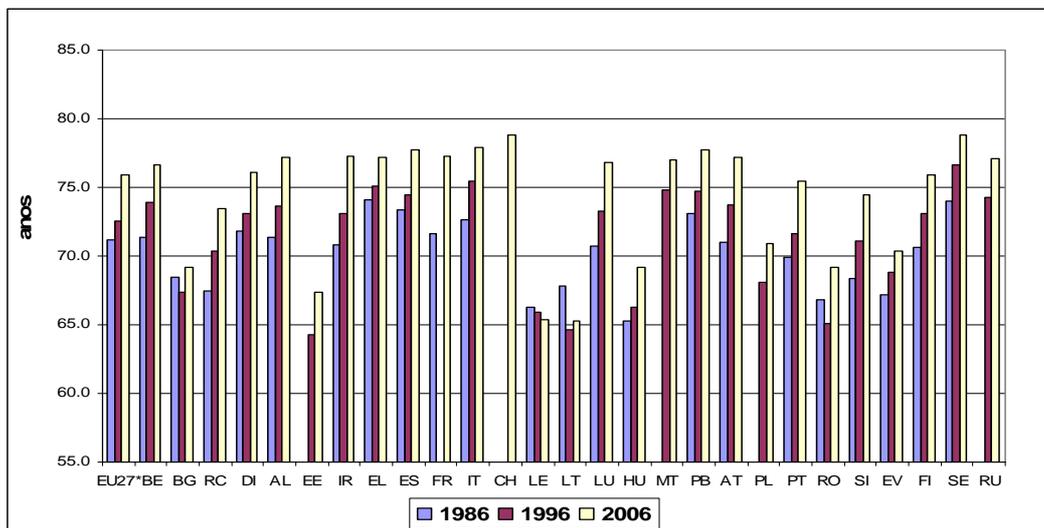
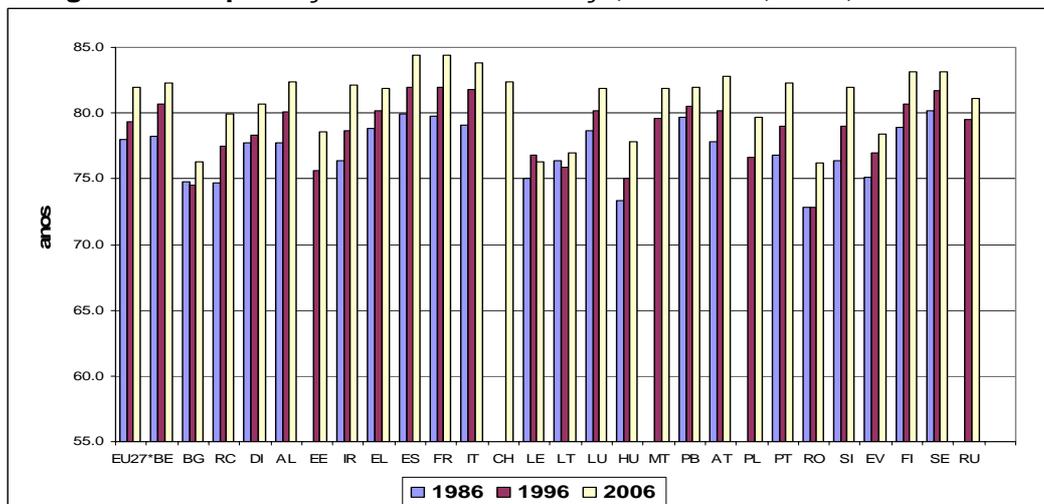


Figura 8b: Esperança de vida à nascença, mulheres, 1986, 1996 e 2006



Fonte: Eurostat. LV (1986, 1996): fontes nacionais. FR (1986) corresponde a FR Metropolitana. As médias da UE são médias ponderadas da população. EU27*(2006) baseado em 2006 à excepção de RU (2005) e IT (2004).

O aumento geral da esperança de vida foi acompanhado também por um aumento geral, apesar de pequeno, em anos de vida saudáveis. Contudo, não existe uma redução clara na diferença entre a esperança de vida e os anos de vida saudável. Para a UE-15 o número de anos de vida saudáveis aumentou de 64,5 anos em 1999 para 66 anos em 2003 para as mulheres, e de 62,8 anos em 1999 para 64,5 anos em 2003 para os homens. Mesmo vivendo durante mais tempo, as mulheres passam uma maior parte das suas vidas com uma incapacidade, em comparação com os homens.

Figura 9: Alterações na esperança de vida e anos de vida saudável entre 1995 e 2003

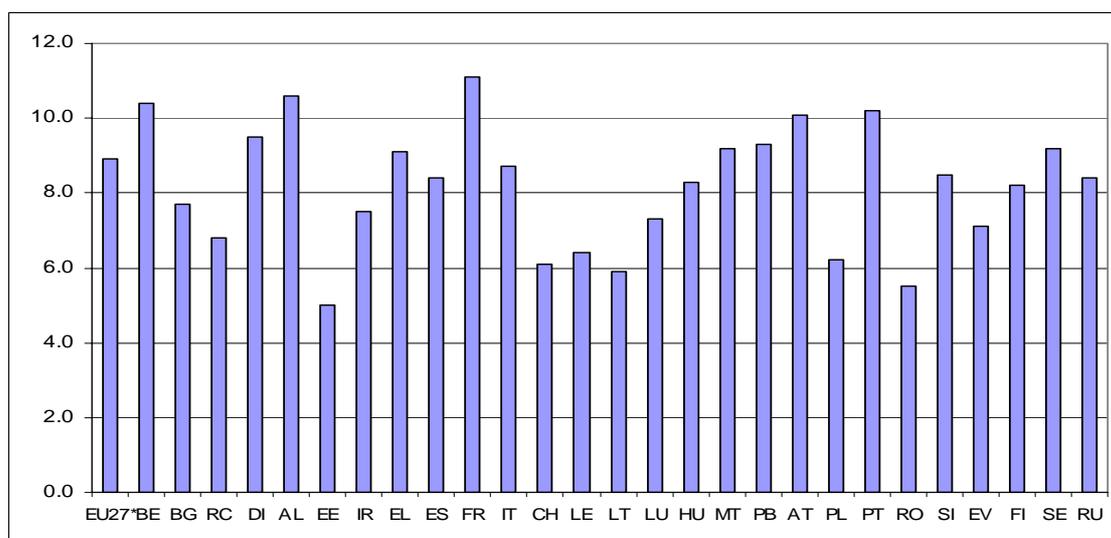
País	Homens		Mulheres	
	Alteração na esperança de vida	Alteração nos anos de vida saudável	Alteração na esperança de vida	Alteração nos anos de vida saudável
BE	1,8	4,1	0,7	2,8
DI	2,3	1,4	1,9	0,2
AL	2,5	5	1,4	0,4
IR	3,1	0,2	2,5	-2,2 (1999-2003)
EL	1,5	0,9	1,1	-0,8
ES	1,9	2,6	1,2	2,5
FR	1,9	0,6	0,9	1,5
IT	2	4,2	1,2	4,4
PB	1,7	0,6	0,5	-3,3
AT	2,5	6,2	1,4	1,6 (2000-2003)
PL	2,8	2,6 (1996-2002)	2,4	2,1 (1996-2002)
PT	2,5	0,2	1,6	-1,3
FI	2,3	2,7 (1996-2003)	1,5	-1,2 (1996-2003)
SE	1,8	0,4 (1997-2003)	0,8	2,2 (1997-2003)
RU	2,2	0,9	1,2	-0,3

Fonte: Eurostat

Qual a situação dos recursos atribuídos aos cuidados de saúde?

Nas últimas duas décadas as despesas públicas e privadas totais com a saúde, como percentagem do PIB, aumentaram na UE. Existem diferenças substanciais nos vários países. A Áustria, Bélgica, França e Portugal estão a gastar 10% do PIB, ou mais, com a saúde, enquanto que os países bálticos, Chipre, Polónia e Roménia estão a gastar 6% do PIB, ou menos. A proporção das despesas do sector público nas despesas totais com a saúde é, em geral, elevada (mais de 70%). No entanto, as despesas com os cuidados de saúde privados (na maioria para pagamentos correntes) constitui uma fonte importante de financiamento na maioria dos Estados-Membros. No Chipre e na Grécia, as despesas privadas representam mais de 50%, e na Letónia e Bulgária mais de 40%.

Figura 10: Despesas totais com a saúde em % do PIB (2006 ou últimos dados disponíveis)



Fonte: dados da OCDE para a saúde de 2008 e base de dados da OMS "Health for All" (Saúde para Todos). Os dados referem-se a 2006; excepto para a RO, BG, EE, LV, LT, CH, EV, MT e SI: 2005. Dados do LU corrigidos para os trabalhadores transnacionais, EU27*: média ponderada da população dos valores no gráfico.